



ATA DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Justifica-se a ausência do deputado Coronel David, na Sessão Ordinária no dia 15 de agosto, através da CI nº 052/23, de 10 de agosto de 2023. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Sexagésima Oitava Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Setenta e Nove da Sexagésima Sétima Sessão Ordinária. Pelo Senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 471 e 473/2023, da Agência Nacional e Telecomunicações – Anatel; Ofícios nºs 7.582 e 7.583/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofícios nºs 2.680, 2.692, 2.696 e 2.698/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofício nº 221/2023, da Secretaria Especial de Segurança e Defesa Social de Campo Grande; Ofícios nºs 1.825 a 1.827/2023, da Prefeitura Municipal de Dourados; E-mail's da Energisa. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Pedrossian Neto, Zeca do PT, Gleice Jane e Lia Nogueira. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Junior Mochi, Jamilson Name, Rafael Tavares, Marcio Fernandes, Neno Razuk e Renato Câmara. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Lidio Lopes. ORDEM DO DIA – Foi pedida vista pelo deputado Rafael Tavares do Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2023, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 176/2022, de autoria dos deputados Evander Vendramini e Antonio Vaz; Projeto de Lei nº 230/2022, de autoria dos deputados Evander Vendramini e Antonio Vaz. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 185/2023, de autoria dos deputados João César Mattogrosso e outros. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Frutuoso Nantes de Matos; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Cleusa Barros de Almeida; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Secretaria de Comunicação Institucional e Gerência de Site e Mídias Sociais da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, pela reportagem jornalística produzida com o tema "Alems Antirracista" que traz uma compilação de legislações e ações de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à*

*nova diretoria da Associação Cultural de Violeiros e Violeiras do estado de Mato Grosso do Sul (ACVVMS); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada aos policiais militares Sérgio Quester Pereira da Silva e Alex Sandro de Lima Viana; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao padre Teodoro Benitez, pelos seus 25 anos de sacerdócio; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios, Telégrafos e Similares de Mato Grosso do Sul, que tomou posse na noite do dia 5 de agosto deste ano, na pessoa do presidente eleito, senhor Wilton dos Santos Lopes, e do vice-presidente eleito, senhor Adriano Firmino Teles; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada à 1ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, na pessoa da senhora delegada titular, Elaine Cristina Ishiki Benicasa, em face da operação “Bellatrix II”, realizada no dia 2 de agosto do corrente, no qual foram cumpridos 50 mandados de prisão em alusão às ações do Agosto Lilás; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada ao Instituto de Arte, Cultura e Desenvolvimento (RessoArte); requerimento, de autoria do deputado Marcio Fernandes, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 4 de setembro às 18h30, para realização da solenidade de entrega do Diploma de Honra ao Mérito Legislativo, em comemoração ao Dia Estadual do Repórter Fotográfico - Valdenir Rezende; requerimento, de autoria do deputado Professor Rinaldo, solicitando o uso da tribuna na Sessão Ordinária do dia 15 de agosto de 2023, para que, no tempo regimental, ocorra o pronunciamento da doutora Ângela Maria Costa, que fará a exposição do tema “A importância da primeira Infância na formação humana”; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Julio Maia, dia 12 de setembro de 2023, para a realização de audiência pública sobre o uso de agrotóxicos; requerimento, de autoria do deputado Professor Rinaldo, retificando o requerimento sob o Protocolo nº 03672/2023, alterando a data, de 23 de agosto para o dia 5 de setembro do corrente ano. Foi pedida vista pelo deputado Roberto Hashioka do requerimento de informações, de autoria do deputado João Henrique, Protocolo nº 3905/2023; requerimento de informações, de autoria do deputado Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Mara Caseiro, Coronel David, Pedrossian Neto, Lia Nogueira, Zeca do PT, Renato Câmara, Pedro Kemp, Roberto Hashioka e Zé Teixeira. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, nove de agosto do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 10 de agosto de 2023: Mensagem nº 24/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “Altera a redação de dispositivos da Lei nº 4.135, de 15 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 27 da Constituição Estadual, e dá outras providências”; Mensagem nº 25/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “Autoriza a implantação do Balcão Único MS Agiliza na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (Jucems), e dá outras providências”; Ofícios nºs 851 a 853/2023, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Renato



Câmara, Rafael Tavares, Antonio Vaz, Professor Rinaldo, Coronel David, Mara Caseiro, Marcio Fernandes, Junior Mochi, Lia Nogueira, Zeca do PT e Lidio Lopes. Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, quem nos assiste e ouve pela TV e Rádio Assembleia. Indico à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, com cópia autônoma ao prefeito de Jaraguari, senhor Edson Rodrigues Nogueira, e ao secretário de Infraestrutura, senhor Cacildo Emerson Souza, solicitando a manutenção da Rua 6, com a retirada de entulhos, no bairro Jaraguari Velho, na cidade de Jaraguari. A outra indicação é direcionada também ao governador, com cópia ao prefeito de Dourados, senhor Alan Aquino Guedes de Mendonça, e ao secretário de Obras municipal, senhor Luiz Gustavo Casarin, solicitando a implementação de grades nas bocas-de-lobo que se encontram abertas nas imediações da vila Cachoeirinha e da vila Parque, no município de Dourados. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero apresentar uma indicação ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando que os processos seletivos para a contratação de professores da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul sejam realizados de forma regionalizada. E vou explicar, senhor presidente, a razão dessa indicação. A cada dois anos temos aqui no estado um processo seletivo para a convocação de professores, processo que muitas vezes causa um transtorno para muitos professores, que têm de se deslocar do interior para, por exemplo, Campo Grande. É uma distância enorme, é um transtorno grande para esses professores, e nós entendemos que esse processo seletivo poderia ser feito de forma regionalizada. Três Lagoas poderia, por exemplo, sediar ali as provas para os candidatos da região; Naviraí, poderia sediar, de forma regionalizada, as provas para os candidatos dos municípios do entorno; e assim Ponta Porã, Corumbá, Coxim, etc. Isto evitaria que os professores tenham de se deslocar grandes distâncias para fazer a prova. Então estamos aqui apresentando essa indicação para o secretário de Educação, até porque teremos um novo processo seletivo agora no final do ano. É importante já a secretaria se organizar e oferecer essas provas de forma regionalizada. Era isso que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado, nosso ex-governador Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, apresento duas indicações, uma a ser encaminhada ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de Segurança Pública, doutor Antônio Carlos Videria, belíssima figura humana; e outra à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal

de Infraestrutura, senhor Domingos Said Neto, e ao secretário municipal de Saúde, Sandro Benites (este aqui é bolsonarista). Registradas minhas indicações, eu gostaria, senhor presidente, de ponderar uma questão que reputo importante, e o faço com a maior delicadeza, com o maior cuidado possível. Semana passada, como presidente da Comissão de Agricultura Familiar Indígena e Quilombola, convoquei uma reunião... Só estava eu. Ontem aconteceu uma reunião importante — aliás quero registrar o belo trabalho que vem fazendo o deputado Renato Câmara na presidência da Comissão do Meio Ambiente... Só estávamos eu, ele e o deputado Lucas, que apareceu mas logo foi embora... Desse jeito, e é essa a ponderação que faço, nós não vamos fazer as comissões permanentes funcionar, senhor presidente. Eu dizia ao deputado Renato Câmara que o que funciona em Brasília (estive lá quatro anos e sei) são as comissões permanentes: são elas que encaminham, que discutem, que analisam os projetos, deputado Rinaldo, que virão a Plenário. Eu sei que aqui não temos essa cultura, mas eu queria propor a Vossa Excelência, aos líderes, aos deputados, com todo o cuidado que o tema merece, que a gente mude algo no Regimento Interno, para que, por exemplo, o deputado titular de uma das comissões permanentes que não comparecer por três, quatro, cinco reuniões sucessivas, seja substituído automaticamente por um suplente ou por outro indicado pelo partido. De forma que possamos ter no mínimo três dos cinco deputados — para dar legitimidade às deliberações. Ainda bem, para concluir, que ontem apareceu o deputado Lucas de Lima, para dar o quórum, o que nos permitiu deliberar sobre assuntos importantíssimos. Inclusive o presidente teve a sutileza de propor (e nós deliberamos isso) que Mato Grosso do Sul, deputado Paulo Corrêa, esteja presente na COP [28ª Conferência de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas], que vai acontecer em 2025, na região amazônica, e a comissão vai consultar o governador a respeito de uma possível parceria entre o Executivo e a Assembleia. Este país hoje só discute Amazônia, Norte e Nordeste. E nós temos um bioma extraordinariamente rico, que é o Pantanal...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O Aquífero Guarani.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pois é... e temos de levar esses temas para o grande debate que vai acontecer em 2025, o mundo estará voltado para ele, o mundo precisa conhecer o Pantanal. Dois terços do Pantanal estão em nosso território; e no entanto ninguém sabe disso. O turista que vem, chega na operadora de turismo, na Europa, e diz: — Eu quero ir para o Pantanal. — Onde? — No Mato Grosso... Estou dizendo isso porque eu vi. Eu vi. O embaixador do Brasil em Londres articulou uma reunião lá na Embaixada do Brasil, e os operadores disseram "governador, nós não vamos porque todo mundo procura o Pantanal do Mato Grosso". Portanto nós temos que tornar isso conhecido, discutir esses temas com profundidade; e para tanto, as comissões efetivamente precisam funcionar. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Tem todo apoio desta Mesa Diretora, deputado. Eu vou passar a presidência para o deputado Renato Câmara, porque quero fazer também uma manifestação no Pequeno Expediente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o presidente desta Casa, deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Com a licença dos colegas, farei meu pronunciamento aqui da mesa... Apresento uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Maria Cristina Pacheco, diretora do Instituto Ressoarte, bem como ao senhor Vítor Júnior Pacheco, professor de Música, e aos alunos, pela apresentação da Orquestra Indígena, deputado Zeca, no programa do Luciano Huck, dia 6 de agosto de 2023, bem como pela aprovação da sua apresentação no projeto "Criança Esperança". A moção deverá ser encaminhada para o seguinte endereço: avenida Manoel Murtinho, 2030, no município de Anastácio. O Instituto Ressoarte tem uma orquestra musical, e foi contemplado para se apresentar no "Criança Esperança", a partir de uma apresentação. Registrados, portanto, os nossos parabéns, em nome desta Casa, ao Instituto Ressoarte, do município de Anastácio.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu trago um informe sobre a reunião da comissão de deputados desta Casa com o governador Eduardo Riedel, ocorrida hoje às oito horas, para a discussão da situação da Cassems. Estivemos reunidos também com o presidente da Cassems, alguns diretores seus e representantes sindicais. Tivemos a oportunidade de ter um detalhamento maior da situação financeira do plano dos servidores; tiramos algumas dúvidas; todos os deputados da comissão, inclusive os suplentes (deputada Lia, deputado Hashioka), tiveram a oportunidade de participar, e tiramos, como ia dizendo, algumas dúvidas. Nesta primeira reunião levantamos seis propostas que seriam levadas para o governo do estado. Pois hoje já, às oito da manhã, o governador nos recebeu e nós lhe apresentamos as propostas; no sentido de atender de forma emergencial esse plano — que é muito importante, não só para os servidores como também para a sociedade sul-mato-grossense. É preciso lembrar que a Cassems hoje atende mais de 200 mil pessoas, beneficiárias do plano. Importante dizer também que a Cassems tem hoje dez unidades hospitalares no estado, lembrando o trabalho que desenvolveu aqui na época da pandemia, com hospital de campanha, e no pico chegando a atender 500 pessoas em leitos de UTI em todo o estado com a Covid-19. A Cassems respondeu à necessidade daquele momento e, é bom lembrar, sem receber nenhum recurso público a mais, nem do estado nem do governo federal, para fazer essa campanha de atendimento aos pacientes com Covid. Então, se analisarmos hoje o que representa a Cassems no contexto do sistema de saúde de Mato Grosso do Sul, nós temos de ter muita responsabilidade para tratar desse assunto. Ficaríamos preocupados se a Cassems tivesse de fechar as portas de uma hora para outra, deixando aí 200 mil pessoas sem plano de saúde e também causando um transtorno para o sistema de saúde de um modo geral. Nós tivemos lá, senhor presidente, na reunião, o depoimento do deputado Hashioka, que disse que a Cassems comprou a Santa Casa de Nova Andradina, reformou-a, e hoje é um hospital de excelência em Nova Andradina para atender aquela população. Agora, da mesma forma, inaugura um hospital em Dourados maior mesmo que o próprio hospital da Cassems de Campo Grande. E nós já tivemos várias oportunidades de ver isso de perto, inclusive fui visitar o deputado Zeca do PT na UTI da Cassems, é praticamente um hotel cinco estrelas atendendo a população. Portanto, senhor presidente, nós sentimos da parte do governador Eduardo Riedel uma

disposição enorme para atender à necessidade do plano dos servidores, neste momento, de forma emergencial. O governador anunciou que até semana que vem apresenta para a Assembleia Legislativa um projeto de lei com aquilo que o estado poderá contribuir neste momento. Não temos ainda condições de antecipar nada, pois o governo ficou ainda de fazer os estudos, mas vai, repito, nos apresentar até a semana que vem a proposta. Portanto de assinalar, senhor presidente, a participação desta Casa intermediando essa solução junto ao governo do estado e à Cassems. Queria dizer, para finalizar, que nós não podemos politizar este assunto. A Cassems deve explicações em primeiro lugar aos servidores, porque é um plano gerido pelos servidores, deve também explicações à Assembleia, ao governo e à sociedade, de como ela está gerenciando esse plano. Até acho que nossa comissão deve continuar por mais algum tempo acompanhando de perto esse processo, acompanhando a aplicação dos recursos, o que vai propor a Cassems para ajudar a aliviar para o servidor, para que este não tenha mais o ônus de arcar com mais taxas e contribuições. Mas, volto a insistir, nós temos de tratar esse assunto com muita seriedade e responsabilidade. É um plano que faz a diferença, é um plano barato ainda: na média, o servidor contribui com 393 reais. É um plano ainda acessível, e vejam a qualidade do atendimento: é um serviço de excelência. Então tratemos com seriedade a questão. A Assembleia, através da comissão, cumpriu com as determinações de Vossa Excelência, presidente, e o governo do estado mostrou-se totalmente aberto, e vai, como disse, apresentar até semana que vem uma proposta para atender de forma emergencial às necessidades — o governador até reconheceu o trabalho que fez a Cassems na pandemia; disse que "nós temos de reconhecer, temos que também estender a mão para a Cassems, porque sabemos o quanto ela contribuiu no momento difícil que o estado e o País atravessaram". Então, senhor presidente, eram esses os esclarecimentos, e acho que com base nessas informações nós temos, aqui na Casa, que dar continuidade àquele trabalho que a nossa comissão vinha fazendo, até porque qualquer proposta que o governo venha a apresentar, nossa função não termina aí: vamos continuar acompanhando esse processo junto à Cassems, para ver como é que as coisas vão se dar, para que ela equacione de vez sua dívida financeira. A comissão proposta pela Mesa Diretora, respaldada aqui pelo Plenário, está fazendo seu trabalho; estamos representando todos os vinte e quatro deputados nessa discussão, que está sendo de alto nível e travada com muita seriedade. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Antes de prosseguirmos, eu queria já, em nome da Mesa Diretora, agradecer o desprendimento, o empenho da comissão formada pela Casa. Hoje de manhã, já antes da reunião acontecer, recebi a ligação do nosso líder aqui, nosso eterno presidente Londres Machado; assim que terminou a reunião ele ligou de novo. Quero dizer aos mais de duzentos mil segurados da Cassems, como já o fizemos no fatídico dia daquele movimento aqui na Casa, que nós pautamos nosso trabalho com objetividade, para que as coisas aconteçam de verdade. A comissão está cumprindo seu papel, e, conforme informou o presidente, dividindo o trabalho em dois momentos: o primeiro é o problema financeiro, que é atual e veemente, precisa resolver essa questão da contribuição, que pode ser cobrada este mês se não houver já a apresentação de uma solução; o segundo momento quer dizer que a coisa não para por aqui, a comissão pode continuar nesse processo de fiscalização, levantando dúvidas, etc. A Mesa, portanto, dá-se por satisfeita com o trabalho da comissão. Que possamos continuar pautando nosso trabalho com essa seriedade — e é o Poder Legislativo, não vou individualizar o trabalho, nem mesmo

da Mesa, é o trabalho em conjunto, do Poder Legislativo, com cada deputado cumprindo seu papel com bastante galhardia. Sinto-me honrado de fazer parte deste momento, e agradeço ao governador por receber a comissão. Já há especulação de valores, de qualquer forma tenho certeza que o Poder Executivo vai fazer um bom aporte, e nós vamos contribuir com os duzentos mil segurados da Cassems... Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero fazer dois registros, na questão de ordem que peço, e que democraticamente Vossa Excelência me concede. Primeiro, quero cumprimentar o deputado Pedro Kemp pelo pronunciamento ousado, corajoso e esclarecedor que faz, o que nos orgulha, até porque a indicação dele partiu de um consenso dentro da bancada do PT para que nos representasse na comissão. É desse tipo de comportamento que precisamos, que foge à banalidade da política eleitoreira, fácil, que demonstra o caráter que tem tido o deputado Kemp ao longo da sua história nesta Casa. Eu fico muito orgulhoso disso. Em segundo lugar, quero registrar mais uma vez, também com muita satisfação, a sensibilidade do governador Riedel, que vai, pela informação que o deputado Pedro Kemp nos traz, atender a Cassems neste momento de crise, até pelo papel que cumpriu durante a pandemia... Quero aliás dar um testemunho, deputado Paulo Corrêa. Quando tive meu problema cardíaco, quando tive que implantar seis *stents*, o que me deixou um guri de trinta anos, moço, eu terminei o tratamento aqui, fiz aqui na Cassems; recebi até a visita do deputado Pedro Kemp. Daí fui para São Paulo e aproveitei a oportunidade, fiz um *check up* no Sírio. Depois de concluídos três dias de exames, o médico que me atendeu disse que o que foi feito em Campo Grande é absolutamente moderno, não há nada para tirar nem para acrescentar... Esta é a Cassems! É um serviço de hotelaria de primeiro mundo. Portanto me sinto realizado. Eu fui vítima de uma vaia, e vaia não me assusta, como é que vaia vai assustar um homem de 73 anos?... Fui vaiado por pessoas seduzidas por um posicionamento equivocado, pela politicagem eu diria. É isto... Antes de encerrar, se Vossa Excelência me permite, presidente, queria dizer que eu tenho pensado muito com a minha família sobre a minha vida política — que me orgulha! Eu fui o primeiro deputado estadual do PT, o primeiro e único eleito em 1990. Dia 10 de fevereiro de 1980, aos trinta anos, estava lá no Colégio Sion, um colégio de freiras em São Paulo, numa manhã de domingo, junto com 113 figuras; estávamos lá lançando o manifesto de fundação do PT — o que também me orgulha. Depois de ser deputado estadual, em 1992 fui candidato a prefeito e elegemos os dois primeiros vereadores: Pedro Teruel e Ben-Hur. Em 1994 voltei para cá, com mais dois companheiros, o Ben-Hur e o deputado Prego (deputado Paulo Corrêa é daquela época). Em 1996 ganhamos as eleições e não levamos, e em 1998 me elejo governador. Fui um dos primeiros governadores do PT do Brasil! Reelegi-me em 2002; em 2006 muita gente me queria candidato: eu não quis, porque é bom a gente pisar no chão. Em 2010 fui candidato a governador, uma eleição difícil, a diferença foi mínima, quando se elegeu André Puccinelli; em 2012 me tornei o vereador mais votado, até hoje, da história de Campo Grande, com 13.010 votos. Em 2014 me elegi deputado federal com 160 mil votos, quase o dobro do segundo colocado. Em 2018 fui candidato a senador, tinha tudo para ganhar... mas acontece. E estou aqui de volta. Em determinado momento achei que deveria, mesmo com essa idade, colocar meu nome à disposição do PT como pré-candidato a prefeito. Nunca quis ser consenso nem unanimidade de nada, isso não há na política nem na vida, Jesus não foi consenso, e morreu crucificado. Mas eu não

imaginava que a cruz que eu tivesse de carregar dentro do PT como pré-candidato fosse de tanta injúria, tanta mentira, tanta agressão. Ontem inclusive recebi mais uma, de gente que não tem o que fazer, confundindo alhos com bugalhos. Alho serve para a gente se alimentar, o bugalho é um parasita que nasce em árvore e que serve para combater vermes. Eu fui vítima de quem está confundindo uma homenagem ao ex-presidente que ousou assinar e viabilizar a ponte e a saída para o Pacífico com a história do afastamento da Dilma. Portanto, para evitar qualquer polêmica, nem tenho mais idade para isso, estou aqui nesta Casa, da qual faço parte como deputado estadual, anunciando que eu definitivamente, de forma irredutível, estou abandonando minha pré-candidatura a prefeito de Campo Grande. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Alguém mais vai falar "pela ordem"? Se não, passamos ao Grande Expediente...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Lidio.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, só queria colocar sobre a mesa uma moção de aplauso direcionada a uma equipe de Mato Grosso do Sul, e duas indicações ao governo solicitadas pelo interior do estado. E também para comunicar à Mesa que semana que vem não estarei presente às sessões aqui (talvez participe de maneira on-line), porque estarei viajando para os Estados Unidos, numa missão da Unale, vou lá participar de uma conferência na NCCL, a "Unale" americana. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, deputado. Questão de ordem, deputado Junior.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, faço uso da palavra para fazer uma convocação aos membros da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação — deputado Professor Rinaldo Modesto, vice-presidente, professora Gleice Jane, Mara Caseiro, Roberto Hashioka, titulares; e suplentes, Antonio Vaz, João César Mattogrosso, Londres Machado, Lucas de Lima e Zeca do PT. Na próxima terça-feira, portanto, dia 15/08, das 14h30 às 16h00, lá na sala de reuniões Onevan de Matos, estaremos realizando a reunião, com a presença do doutor Mário Neto Borges, para discutirmos os avanços na implementação do marco legal da ciência, tecnologia e inovação nos estados e seus reflexos. Então, reforço a importância da reunião. O convite é extensivo a todos os membros, venham participar conosco deste primeiro ato da comissão, vamos ouvir justamente aquele que domina o tema, que vai discorrer para nós como estão os avanços na implementação do marco legal da ciência, tecnologia e inovação, em todos os estados, ele que é do ministério. Feito o convite. E aproveito para parabenizar a fala do deputado Pedro Kemp. A comissão está fazendo seu trabalho, a Casa faz isso de forma serena e responsável. Ontem, com o deputado Paulo Corrêa, com a deputada Mara Caseiro, nós participamos de uma reunião com o governador do estado e sete prefeitos do Cone Sul — todos os prefeitos pedindo ao governo um socorro para Naviraí, em função da iminência do colapso da saúde. Então é um problema

seríssimo que estamos vivendo, e não é diferente num plano privado de saúde. Tivemos uma pandemia, as demais comorbidades deixaram de existir no período, ficaram represadas; terminou a pandemia e os problemas vieram, inclusive as comorbidades relativas à síndrome da pós-pandemia. Então, assim como aconteceu em Naviraí, o problema está ocorrendo noutras localidades, e o governo está sensível, sabe disso, e tenho certeza que tomará as medidas para minimizar esses problemas que estão ocorrendo em todo o estado de Mato Grosso do Sul — inclusive, como citamos na reunião ontem, a região de Dourados, que é sede de macro, também próxima ao colapso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito bom dia, presidente, integrantes da Mesa, colegas deputados. Eu não poderia deixar de usar a tribuna, presidente, em primeiro lugar para parabenizá-lo pela postura de Vossa Excelência no assunto da Cassems. Eu, deputado de primeira legislatura, que aprendo muito com os colegas mais experientes, vi com muita admiração a forma como Vossa Excelência tratou, com autoridade, com absoluta responsabilidade, da questão da Cassems. Cumprimento também os demais colegas, em especial os que participaram dessa comissão, que em conjunto com o governador Eduardo Riedel estão colocando sobre a mesa uma solução segura, transparente, à altura dos desafios de Mato Grosso do Sul. Populismo e demagogia são duas doenças da democracia, e esta aqui não é a casa da politicagem, esta aqui não é a casa do proselitismo político; esta aqui não é a casa da demagogia, como alguns gostariam de vê-la; aqui a lacração é substituída pela absoluta responsabilidade, pelo compromisso que temos com Mato Grosso do Sul. Então parabéns a Vossa Excelência, presidente. No mais, trago aqui algumas indicações, que deixo sobre a mesa. Obrigado.

DEPUTADA GLAICE JANE (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLAICE JANE (PT) — Bom dia, nobres deputados e deputadas presentes. Senhor presidente, eu gostaria de também me manifestar em torno da pauta da Cassems. Talvez eu seja a parlamentar mais interessada nessa pauta, porque sou servidora pública, sou beneficiária da Cassems, acompanho esse debate interno da entidade já há algum tempo; participei das assembleias, que na minha avaliação foi quando nós tomamos, coletivamente, decisões equivocadas, que geraram esse problema agora. Entendo que seria também uma solução equivocada perder de vista o princípio da Cassems, que foi criada pela coletividade, segundo o qual quem ganha menos paga menos; e esse pagamento de 45 reais é mudar essa realidade... Em todo caso, quero também dizer que os problemas da Cassems são problemas internos, de sorte que o servidor deve fazer um debate interno: isso não pode ser um problema político, um trampolim para ficar ganhando *likes* nas redes, este é um tema sério da saúde, e temos de debater a saúde sobretudo a partir do viés da prevenção. Porque não há plano de saúde que dê conta dos problemas criados por essa sociedade capitalista,

por essa sociedade do lucro, por essa sociedade que nos está adoecendo a todo momento. Nesse sentido coloco-me mais uma vez à disposição do debate da Cassems, como membro participante, como beneficiária desse plano, e portanto com todo o interesse, particular, familiar — mas também em vista do direito coletivo de toda a categoria. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 04018/2023, 04017/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 04005/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 04015/2023). De autoria do deputado João Henrique: Três indicações (Prot. nºs 04001/2023, 04000/2023, 04002/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: um requerimento (Prot. nº 04019/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: uma indicação (Prot. nº 03999/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: dois projetos de lei (Prot. nºs 04016/2023, 04023/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 04022/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: seis indicações (Prot. nºs 04008/2023, 04009/2023, 04007/2023, 04006/2023, 04010/2023, 04011/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: um projeto decreto de lei (Prot. nº 04014/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 04024/2023, 04026/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 04025/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 04012/2023, 04013/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 04020/2023, 04021/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputado Renato Câmara... Vossa Excelência disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, nobres colegas, público presente, estamos vivendo um momento de muitas incertezas com relação ao clima: é calor na Europa, é frio extremo no Rio Grande do Sul, e gente fica pensando como é que pode contribuir nessa discussão para melhorar a situação, sem deixar de proteger nossos recursos naturais. Chegará um tempo em que vai faltar água... Países que não têm água suficiente acabam se envolvendo em guerras; no Oriente Médio é aquela luta pela água... Mato Grosso do Sul é um dos estados que mais têm disponibilidade de água doce, no Brasil, com seus aquíferos, com o nosso Pantanal. E estamos agora, como presidente da Comissão do Meio Ambiente, buscando dar uma nova dinâmica de discussão desse tema aqui na Assembleia Legislativa, abrindo a possibilidade de entidades, ONGs, pessoas físicas fazerem suas denúncias, seus requerimentos. E nós, com efeito, já recebemos nove denúncias, entre as quais umas relativas a desmatamento no Pantanal, outras acerca de mini-hidrelétricas no rio Pardo e sobre mineração irregular no rio Paraná. Diante disso, estamos nos reunindo no intuito de aprofundar o tema, buscando a verdade dos fatos. Porque muitas vezes sai na mídia determinada denúncia, e quando vamos ver mais de perto é *fake news*. Então para evitar esse constrangimento, precisamos é debater cada vez mais. Diante de tudo que temos acompanhado na imprensa, nas redes sociais, sobre o meio ambiente, um tema há que precisamos retomar aqui na Casa: o do ICMS Ecológico. O ICMS Ecológico, apresentado à época do governador Zeca, em 1991, foi um projeto inovador que deu condições para que os municípios pudessem ter um acréscimo na sua arrecadação, o que por sua vez lhes permitia investir em ações

em defesa do meio ambiente. Vossa Excelência foi prefeito, eu também; nós sabemos que muitas vezes esses recursos não são canalizados para o meio ambiente — não são mas o instrumento existe. Porque para falar em conservação do meio ambiente, para falar em recuperação ambiental, para falar em ações de conscientização ambiental, nós temos de falar de recursos: existe um custo para que isso aconteça. Nesse sentido, o ICMS Ecológico cumpre um papel muito importante, e todavia temos observado que hoje a maioria dos municípios não está investindo os recursos do ICMS Ecológico onde deveria investir, que é na conservação do meio ambiente. Diante disso, senhor presidente, ontem na Comissão de Meio Ambiente, apresentei uma minuta de projeto para alterar essa disposição do ICMS Ecológico. E qual é essa mudança? Nós vimos que, uma década atrás, a grande discussão do meio ambiente era o destino final dos resíduos sólidos; o lixo das cidades ia tudo para o famoso lixão. Isso foi discutido, foi judicializado, o Ministério Público foi incisivo nisso, buscando que as prefeituras cumprissem a lei. O que de fato resolveu o problema foi a Lei nº 4.219, de 11 de julho de 2012, cujo artigo 2º diz que os municípios, para se beneficiar da lei, têm de cumprir certos requisitos. Quando se colocou que, para ter o ICMS Ecológico, o município precisava ter um plano de gestão de resíduos sólidos, os prefeitos mudaram de opinião. Lembro que construí um aterro sanitário dentro das normas, como prefeito, para resolver esse problema. Porque pensei: ora, se faço agora o aterro sanitário, o município será contemplado no ICMS Ecológico, e sendo contemplado, é o ICMS Ecológico que vai pagar os custos do aterro sanitário. Então não foi a mão forte da justiça, não foi a judicialização, a grande mudança de chave para resolver o problema dos resíduos sólidos foi beneficiar os municípios com o ICMS Ecológico. Essa parte foi superada, porque os municípios se organizaram em consórcios, uniram esforços, e puderam criar o destino final dos resíduos sólidos. Agora vivemos outro momento. Qual é o grande problema do meio ambiente hoje no estado de Mato Grosso do Sul? O grande problema é que nós temos um grande potencial econômico, e como tal temos "n" possibilidades de atrair empresas, de celulose, de proteína animal, de grãos, etc. Temos a possibilidade de expandir nossas áreas de produção... O grande problema ambiental é o ordenamento, a organização do nosso território. E esse ordenamento, essa organização, isto já foi previsto lá atrás, em 2012, quando o estado de Mato Grosso do Sul, ainda na gestão do governador André Puccinelli, iniciou o trabalho de Zoneamento Ecológico-Econômico, o ZEE. E foram três aproximações. O estado fez a primeira na época do doutor André Puccinelli; no governo Reinaldo Azambuja fez-se a segunda aproximação; e agora vem a terceira, que é fundamental para essa disposição, que é a responsabilidade do município... Para concluir, Gleice, estou vendo que vocês querem fazer um aparte, para não perder a linha de raciocínio, eu já encerro e passo a palavra para Vossa Excelência... O Zoneamento Ecológico-Econômico dá segurança para as empresas, não é um mecanismo que vai atrapalhar o desenvolvimento. Em Porto Murtinho será instalado, por exemplo, um posto de gasolina; em havendo o ZEE, o empresário vai lá e vê num mapa, como se fosse um grande plano diretor, e não só da área urbana: ali ele vê que área é sensível ao cultivo de monocultura; que área alaga, se dá ou não para ter um posto de gasolina ali; aquela ali é alta, nesta é possível, e assim por diante. De modo que o empresário, antes de fazer o investimento, de comprar uma área para fazer o investimento de que o estado precisa, terá um mapa pronto que lhe pode dar essa segurança... O que ocorre hoje? Como não há esse dispositivo, o Imasul sofre, os municípios sofrem. Porque o empresário chega, quer fazer o investimento, ele compra uma área onde não pode fazer o cultivo, porque alaga ou

porque é um solo cárstico, como lá em Bonito. E aí, como já comprou, o empresário começa a procurar caminhos, a forçar uma barra para ter o investimento. E quem não quer investimento?... E o prefeito fica encurralado. Qual é a solução desse problema, caros colegas, presidente Gerson Claro? É usar a fórmula que resolveu o problema dos resíduos sólidos no estado, é levar o ZEE ao município, o que tem um custo; e como tem um custo, o município o deixa em segundo plano. Ontem na Comissão de Meio Ambiente eu apresentei uma proposta para ser discutida pelos nobres colegas deputados; deputado Zeca fez também suas considerações — vamos colocar essa discussão na Casa, como um todo. Estamos aqui com uma proposta para ser aprofundada, discutida: acrescentando o item 4. Hoje há três requisitos a que o município deve atender para participar do ICMS Ecológico: 1) ter territórios indígenas homologados; 2) possuir unidades de conservação da natureza devidamente inscritas no cadastro estadual; e (3) possuir plano de gestão de resíduos sólidos. E aí vem o item que vai ser um passo gigante para resolver o problema da expansão do plantio no estado, para resolver o problema de instalação de miniusinas hidrelétricas, para resolver o problema de mineração, porque haverá toda uma disposição legal dentro do Zoneamento Ecológico-Econômico, dando-se condições, recursos, para que o município possua o ZEE devidamente elaborado e aprovado pelo órgão ambiental competente. Mas qual é a proposta? É acrescentar que os municípios que possuem Zoneamento Ecológico-Econômico poderão participar do rateio do ICMS Ecológico, um grande benefício para eles, sem dúvida, sem contar que só em ter o ZEE o Município já tem um benefício gigante, por dispor de um arcabouço legal no seu desenvolvimento... Concedo o aparte à deputada Gleice, a quem peço desculpas pela demora.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, nobre deputado Renato Câmara. Foi bom ouvi-lo, compreender seus argumentos. Primeiro, parabéns, deputado, pela iniciativa de cuidar do meio ambiente, pensar o meio ambiente. O cuidado com as águas já é uma preocupação minha há bastante tempo. Assim como o senhor, eu também sou de Dourados, e há lá um problema sério que temos de enfrentar, que é a contaminação da nossa água. Recentemente saiu uma pesquisa da Embrapa dizendo que foram detectados 33 diferentes tipos de agrotóxicos no rio que serve à cidade, o que nos leva à seguinte preocupação: não estará isto acarretando também problemas de saúde? E se sim, o quanto isto estará onerando o estado em termos de gastos com prevenção e tratamento de saúde? Há muitos anos a gente faz esse debate em torno da água em Dourados. Recentemente recebi no gabinete pessoas preocupadas com a comunidade ribeirinha, que são os guardiões dos rios, da água, que têm esse cuidado especial. Ou seja, a preocupação é grande e de muitos. Então, julgo importante esse debate. Precisamos olhar para Mato Grosso do Sul e equilibrar economia e preservação do meio ambiente, com o cuidado com a saúde das pessoas, com o cuidado das nossas águas. Como bem diz Vossa Excelência, nós temos a maior área alagada, que é o Pantanal; estamos em cima do Aquífero Guarani, a maior reserva de água potável do mundo — então nós temos uma atenção mundial sobre as nossas riquezas, e é uma responsabilidade muito grande, nossa, do governo do estado, da Assembleia Legislativa e do governo federal. Cumpre, pois, acrescentar nesse debate de preservação do meio ambiente esses elementos, como o combate ao desmatamento do Pantanal e outras áreas: precisamos de um cuidado especial com as águas de Mato Grosso do Sul. Muito obrigada, deputado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Obrigado, deputada Gleice Jane. Vossa Excelência está correta, temos de discutir esse tema com mais profundidade. Nós pedimos hoje para reservar o Plenário para a realização de um simpósio sobre a contaminação de agrotóxicos nas águas de Mato Grosso do Sul. A propósito, ontem na Comissão de Meio Ambiente discutimos o tema da pulverização aérea (o deputado Zeca tem levantado essa questão), entre outros — travamos uma discussão equilibrada em busca de elementos técnicos. Então, nesse simpósio, vamos discutir, aprofundar o assunto.. Concedo o aparte ao deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Engenheiro Agrônomo Renato Câmara, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, não podemos nos esquecer dos princípios que presidiram a criação do ICMS Ecológico. Presidente da Casa à época, deputado Londres Machado; presidente da honrosa Comissão de Meio Ambiente, deputado Waldir Neves; eu era membro da comissão, e a gente criou isso para aqueles municípios que tivessem, obrigatoriamente, as RPPNs [Reservas Particulares de Patrimônios Naturais] e APAs [Áreas de Proteção Ambiental] aprovadas — o primeiro requisito era esse. Vossa Excelência disse que houve uma modificação, e é verdade, por interferência de Vossa Excelência, em 2012, se não me engano, com a inclusão dos municípios que tivessem a responsabilidade de fazer os aterros sanitários. Perfeito. Então, se tento colaborar com Vossa Excelência neste momento, o faço estribado na experiência de ter sido por seis vezes presidente da Comissão de Meio Ambiente, e com base nela posso dizer a Vossa Excelência: deputado, não dá para facultar ao município o direito ao ICMS Ecológico se ele não tiver a obrigação de fazer alguma coisa com relação ao meio ambiente! Se não é mais o aterro sanitário, desde que os municípios se reuniram em consórcio, deputado, é preciso observar o princípio da meritocracia para que ele possa receber o ICMS Ecológico, isso precisa estar muito claro: que este foi criado para atender ao meio ambiente. Há vários e vários municípios que estão de fora, e a gente vê um... não vou falar "desvio", porque é muito forte, deputado. O que se vê é uma não utilização da parcela do ICMS Ecológico nas necessidades do meio ambiente. A discussão de Vossa Excelência é, sim, muito importante, mas nós temos de verificar quais são os municípios que recebem e usam o dinheiro para pagar, por exemplo, folha de pagamento, e não estão fazendo nada pelo meio ambiente! Então, é culpa também do município que recebe? É sim... Ah, mas ele tem lá áreas de proteção ambiental e deixa de faturar, etc. etc... Ué, mas ele tem de usar para o meio ambiente! É aprovado um código de manejo... A gente não vê isso, deputado! Então, para colaborar, eu me coloco à disposição, como engenheiro que sou também, Vossa Excelência sabe, no sentido de criarmos obrigações de fazer... O município tal vai entrar na partilha do ICMS Ecológico? Está muito bem, mas ele vai fazer o quê? E mais, precisamos colocar uma vedação legal, de modo que não se possa usar o recurso oriundo dessa parcela de 5% do ICMS, destinado obrigatoriamente para o meio ambiente, para pagar folha de pagamento. Queria deixar isso registrado para Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado. Seu tempo está acabando.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Incorporo o pertinente aparte do deputado Paulo Corrêa ao meu pronunciamento. Nesse tema, deputado Paulo, nós

temos de parar de tapar o sol com a peneira. Já temos o mais difícil, que é uma lei que beneficia, através do ICMS Ecológico, os municípios. Ou seja, é uma lei que carimba esses recursos para que os municípios possam utilizá-lo no meio ambiente. Demais, é papel desta Casa fazer essa fiscalização, ainda mais num momento como este, em que estamos vendo que um ponto do nosso desequilíbrio ambiental é o ordenamento territorial do estado. Porque nosso estado virou um grande celeiro do Brasil, em vários sentidos, produtor de vários itens agropecuários — sem falar que temos ainda grandes reservas de água, grandes reservas de proteção ambiental. Então temos de aproveitar este momento para ordenar o crescimento. Nós queremos que o estado cresça, mas com equilíbrio, que cresça respeitando também a sustentabilidade e o meio ambiente. Esse tema vamos discuti-lo na comissão; vamos, sim, precisar do apoio de todos os deputados, principalmente dos que têm uma maior experiência na Casa. Para encerrar, presidente, quero aqui convidar mais uma vez os membros da comissão de meio ambiente para uma reunião na terça-feira, na sala Deputado Roberto Orro: o Imasul vem nos apresentar um plano parcial de controle e também de um arcabouço legal de proteção ao Pantanal. Ontem discutimos com o secretário André Borges, que esteve na Comissão de Meio Ambiente; o deputado Zeca fez vários questionamentos pertinentes, assim como o deputado Lucas de Lima, que também participou da reunião. E o presidente do Imasul se prontificou a vir aqui apresentar, em primeira mão, o que já existe de concluído sobre a preservação do Pantanal. É uma reunião fechada aos deputados, isso quer dizer que mesmo não sendo da Comissão de Meio Ambiente o deputado pode participar. Estão todos convidados a ter acesso a essas informações, em primeira mão, que vão nos ajudar a discutir a preservação do Pantanal, esse grande patrimônio ecológico do nosso estado. Obrigado, senhor presidente. Bom dia a todos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas. Queria apenas reforçar o convite da Frente Parlamentar de Defesa da Cadeia da Pesca. Hoje teremos, às 14 horas, a primeira reunião da frente, estaremos ouvindo as demandas dos representantes de todos os movimentos do segmento da pesca de Mato Grosso do Sul. Os membros são os deputados Antonio Vaz, Jamilson Name, João César Mattogrosso, João Henrique, Junior Mochi, Pedro Kemp, Pedrossian Neto, Professor Rinaldo, Roberto Hashioka e Zeca do PT. Reforço então o convite que todos já receberam. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A presidência comunica aos senhores deputados que amanhã estaremos acompanhando o governador no lançamento do PAC no Rio de Janeiro, representando a Assembleia Legislativa. É um lançamento bastante esperado por todo o Brasil, especialmente por Mato Grosso do Sul: há a expectativa de mais de sete bilhões aqui no estado. Então, com a devida vênia, represento lá todos os deputados e espero que Mato Grosso do Sul seja bastante



contemplado... Havendo quórum legal, vamos ao Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 230/2022. Autores: deputados Evander Vendramini e Antonio Vaz. "Institui a Semana de Sensibilização à Doença Neurofibromatose, também conhecida como Doença Von Recklinghausen, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 17 de maio". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 230/2022, de autoria dos deputados Evander Vendramini e Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) – Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINDALDO (Podemos) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares? Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Dezenove votos favoráveis e nenhum contrário, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 018/2023. Autora: Mesa Diretora. "Aprova o Balanço Geral do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul relativo ao exercício econômico-financeiro de 2020". A Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Renato Câmara. Em discussão. Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, senhores parlamentares. Viemos aqui discutir o balanço apresentado pelo governo do estado referente ao ano de 2020. Ontem fiz algumas reflexões e disse aqui coisas que nem cabe repetir para não cansar os colegas. Seja como for, não tive a oportunidade de rebater o que disse o vice-líder do governo: porque se abriu a discussão mas não houve tréplica, senhor presidente, que é regimental. Ouvindo o vice-líder do governo e analisando aquele parecer ontem e hoje, por mais de uma oportunidade, vê-se que eu estava correto em tudo que levantei ontem. O orçamento que está sendo analisado foi da ordem 17 bilhões, à época. E vejam que o Tribunal de Contas, a corte responsável por fiscalizar, tem um orçamento maior do que o da nossa Casa, da ordem de 400, 500, 600 milhões, apenas para apurar os caminhos contábeis. Pois esta corte diz que não tem como dizer onde que o governo do estado gastou quase 10% do orçamento com educação", não há clareza, a coisa não está palatável, palpável: eu não consigo encontrar como foram gastos 1,4 bilhão de reais; eu não consigo encontrar mesmo não

tendo sido gasto o 0,5% obrigatório em ensino e tecnologia; não consigo encontrar mais do que oito milhões de reais gastos com habitação — enquanto faltam vagas nas escolas, enquanto faltam casas populares, que são demandas, deputado Lidio, deputado Hashioka, que a gente recebe. A grande tarefa de Vossas Excelências agora, por maior que fosse a base do governo, 25 parlamentares até, a nossa grande tarefa, somos obrigados a isso, é discutir o porquê da não implementação desse recurso. Volto a dizer, deputado Junior Mochi, já tivemos um governo que ficou reconhecido por entregar uma unidade habitacional popular por minuto! E agora temos um governo, cujo secretário de gestão, Eduardo Caravina, responsável por implementar e detalhar esses recursos, disse na televisão, na mídia nacional, que era inconstitucional, que não era mais obrigatório investir (não vou reproduzir sua fala para não cansar Vossas Excelências): disse que foi reconhecida a inconstitucionalidade. Então hoje aqui nós temos que debater por que 150 milhões de reais, todos os anos, não estão sendo investidos em unidades habitacionais — porque estou recebendo no gabinete demandas me pedindo para investigar se há fraude na fila, porque está demorando para receber uma casa, uma unidade popular; e a pessoa precisa da casa porque está vivendo de aluguel. Enquanto isso é o governo gastando inadequadamente na educação, no Fundo de Ciência e Tecnologia (Fundect) e no fundo da habitação — sendo que a nossa Constituição, em suas disposições transitórias, estabeleceu a necessidade de pagar esse 1% do orçamento até zerar o déficit, e nós não zeramos. São 80 mil unidades, estimadas, que precisam ser construídas. Estamos falando de aluguel social, de substituição, e as pessoas têm o direito de receber 150 milhões por ano em unidades habitacionais. Essas pessoas que vêm lotar aqui nossos gabinetes de pedidos, reivindicações, talvez não saibam que não é dever do parlamentar achar uma solução, para entregar para elas a vaga na creche, a vaga na escola, para melhorar o ensino, melhorar a entrega de casas populares. Nosso papel é fazer com se cumpra a lei! Se votarmos esse balanço assim como está, aprovar o que fez o Executivo em 2020, pode ser que agora em 2023 a situação se repita. E desculpem-me a insistência, mas se a simples discussão do assunto trouxer 1% que seja de melhoria para o povo que necessita, já terá valido a pena, ficarei satisfeito. O papel dos parlamentares é decerto desgastante, mas é de fazer entrega. Falando nisso, hoje ou amanhã, não sei, haverá a entrega, o pagamento de emendas, e o anúncio de que não mais haverá calote em emenda: vão pagar logo de cara o primeiro empenho. São 48 milhões de reais, dois milhões por deputado... Sim, mas são 150 milhões por ano que estão deixando de ser empenhados para a construção de unidades habitacionais! Isso em 2020, num orçamento de 17 bilhões; se você considerar 25, pelo aumento da arrecadação, o valor a que me refiro pode chegar a 180, 200 milhões de reais! Então, se falta hoje qualidade nas escolas, se falta investimento em ciência e tecnologia, se falta hoje investimento em habitação, nós temos um culpado: o governador Eduardo Riedel, o secretário Eduardo Riedel. Ao chancellormos isso, estaremos assumindo a nossa parcela de culpa. Por quê? Porque o Tribunal de Contas, é certo, dá o parecer, que pode ser até unânime, independentemente se foram indicados um, dois, três, quatro conselheiros pelo PSDB. Porém as ressalvas estão ali para serem julgadas. A nossa Constituição estadual outorga essa função de juiz das contas ao Parlamento. Então hoje estão sendo julgadas as contas, de certa maneira, porque incumbe ao Parlamento esta missão. O nosso órgão auxiliar apontou elementos que nós não estamos discutindo. Ou algum dos senhores pode me explicar aqui agora aquilo que o Tribunal de Contas não conseguiu explicar? Onde foram gastos os 1,4 bilhão de reais cujo destino o tribunal não conseguiu

identificar?! Se alguém puder me explicar onde foi gasto esse dinheiro, e se foi gasto o mínimo obrigatório em habitação, vai ganhar meu voto. Se alguém conseguir me provar que o Tribunal de Contas se equivocou, eu vou mudar o meu juízo. Resumindo, não há comprovação, não há demonstração, não dá para saber de que maneira o recurso está sendo gasto, não dá para saber por que não foram investidos em educação e habitação os percentuais mínimos apontados pelo Tribunal de Contas o estado. E não há a explicação do porquê da divergência, ainda nas verbas de educação, de 1,6 bilhão para 1,4. São 215 milhões e o tribunal disse "não sei, me rendo, ressalvo". É uma aprovação genérica e jogam a bola para os deputados. A questão é que estou fazendo a minha parte, de discutir, de mostrar, de levantar, de questionar. Embora trazendo ao Plenário essas alegações, essas ponderações da corte de contas do estado, eu não me dou por satisfeito...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para concluir, senhor presidente. Caso esta Casa vote às escuras...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu vou pedir para Vossa Excelência retirar o "às escuras", porque acho que aqui está bem claro, ninguém aqui vota escondido, todo mundo vota abertamente! De modo que se Vossa Excelência pudesse retirar essa parte da fala, agradeço.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu não vou retirar mas vou esclarecer. Caso esta Casa vote sem os esclarecimentos, sem saber onde foram gastos 1,4 bilhão, cuja justificativa o tribunal não conseguiu encontrar, eu vou procurar a Justiça para que isso seja esclarecido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, deputado Pedrossian.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom, senhor presidente, ouvi com atenção o nobre colega deputado João Henrique, e eu respeito a posição de cada um aqui. De fato é papel dos deputados fazer essa fiscalização, exercer o papel legítimo, constitucional, da Assembleia Legislativa, de se debruçar sobre qualquer balanço que o Executivo apresente. Queria todavia lembrar o que de fato estamos aqui discutindo. Não estamos discutindo habitação, não estamos discutindo Fundect, não estamos discutindo "A", "B" ou "C": estamos discutindo o balanço de 2020! Balanço de 2020 este que teve um parecer do Tribunal de Contas do estado, que é órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, que se posicionou de maneira unânime pela sua aprovação! Agora, embora unânime a aprovação, o TCE aponta mesmo algumas ressalvas. Mas isso é absolutamente comum. Aquele que já exerceu qualquer papel no Executivo, quem já foi prefeito, secretário, sabe o que que é isso. O Tribunal de Contas recomenda algumas coisas, ele não prescreve, seu papel não é punitivo: isto só acontece quando existe uma mácula insanável, quando há um problema incorrigível — que não é o caso. Então estamos falando de um balanço que pode ser aprovado com absoluta tranquilidade, e às claras. Mas deixem-me falar um pouco da habitação, questão aí levantada. Ora, estamos falando do ano de 2020, quando tínhamos um problema no Brasil. Nessa época



o programa "Minha Casa, Minha Vida", que foi substituído pelo "Casa Verde e Amarela", foi totalmente desfigurado e nós não tínhamos subsídio para a chamada faixa 1. Então, todo mundo que conhece habitação de interesse social sabe que em 2020 não tínhamos praticamente recursos do governo federal para fazer avançar os investimentos na habitação de interesse social. A despeito disso, o governo conseguiu avançar. E mais, o governador Eduardo Riedel, acatando as sugestões que o tribunal já fizera no passado, lança agora o "Bônus-Moradia". Veja que inovação que o nosso estado fez: 25 mil reais para cada um dos beneficiários, perfazendo 45 milhões de reais de contrapartida do nosso estado; e serão destravados mais de 400 milhões de reais em investimento em moradia. Ou seja, estamos acatando as recomendações do tribunal. Outra coisa, com relação ao 0,5% do Fundect, o Fundo para Pesquisa, Ciência e Tecnologia. Vejam que o papel do tribunal está sendo tão bem exercido que o governo está acatando. Logo nos primeiros meses de sua gestão, o governador Eduardo Riedel anunciou um plano de aumento para as bolsas para mestrado, doutorado, pós-doutorado, justamente para ampliar os investimentos em pesquisa e tecnologia do nosso estado. Então é com segurança que eu peço, que eu recomendo aos nobres colegas, que darão o seu voto com absoluta tranquilidade e independência, essa aprovação. Porque temos um balanço absolutamente confiável, não temos problema nenhum para aprovar essas contas do ano de 2020, conforme o Tribunal de Contas, como órgão auxiliar, recomendou a esta Casa. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para contribuir. A recomendação não é sobre a aplicação do recurso nessa ou naquela rubrica: a recomendação é quanto à forma de sua aplicação. Não há nada dessa ideia de que sumiu dinheiro. Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 18/2023, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Declaração de voto, senhor presidente. Eu quero declarar meu voto valendo-me das próprias palavras do relatório PAOO 2721 do nosso Tribunal de Contas: "Dos 2,5 bilhões indicados no anexo, como aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, 1,4 bilhão, — e o tribunal grifa — 60%, constam da conta genérica." Outro trecho: "...impossibilitando a análise desta corte quanto ao enquadramento do gasto em ações típicas de ensino", ou seja, impossibilitando a análise do tribunal. Voto um sonoro não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, considerando o voto favorável do Tribunal de Contas ao balanço geral de 2020, eu acompanho o voto majoritário, aliás, por unanimidade, dos membros do tribunal. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Presidente, o Tribunal de Contas emitiu um parecer com ressalvas mas favorável à aprovação. Então, respeitando o parecer do tribunal, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Seguindo o voto do nosso líder, que se encontra aqui atrás de mim, o Jamilson, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Com a convicção de que o governador Reinaldo Azambuja e toda a sua equipe fizeram um trabalho extraordinário pelo nosso estado, investindo em saúde, investindo em educação, a maioria das escolas reformadas, convicta de que os recursos foram muito bem empregados, e considerando ademais o parecer unânime do TCE, ainda que com ressalvas, o que é natural, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Com o parecer do Tribunal de Contas, voto sim

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Declaração de voto. Estou aqui na Assembleia Legislativa há vinte e dois anos, fui secretário de estado de Educação no governo Zeca do PT, e vi a aprovação aqui nesta Casa de muitos balanços, prestações de contas, com pareceres favoráveis do Tribunal de Contas, porém com ressalvas. E quase sempre o Tribunal de Contas faz ressalvas quando julga os balanços dos governos, principalmente quanto às rubricas e aos respectivos valores nelas contabilizados, exigindo uma definição mais clara da destinação dos recursos, para se atender à legislação, à Constituição federal. Nesse sentido, eu, inclusive, como secretário de Educação, recebi recomendações do TCE para que no futuro houvesse uma prestação de contas com mais detalhamento, com maiores informações sobre os gastos, para se atender à legislação, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Portanto essas recomendações são praticamente uma constante no Tribunal de Contas. Nesse sentido, eu também vou acompanhar o parecer unânime do TCE. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto não.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu queria justificar o meu voto. Primeiro que eu tive o prazer, o privilégio de ser ordenador de despesa desta Casa de Leis por oito anos, acompanhei o governo Reinaldo Azambuja por todo esse período e sei da forma eficiente e responsável como ele conduziu sua administração. Tanto é assim que hoje estamos aprovando uma conta dele, com algumas ressalvas, é verdade, do Tribunal de Contas. Portanto não é por havermos, alguns deputados, estado no palanque dele, não é por o termos ajudado a administrar: eu voto com a maior tranquilidade, sabendo que ele administrou o estado com eficiência e responsabilidade. Aliás, na minha visão, a maior aprovação que ele tem hoje é da população do estado de Mato Grosso do Sul, que o considera como um dos melhores governadores que o estado já teve depois da divisão. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto segundo-secretário resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETARIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Dezoito votos favoráveis e dois contrários, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 197/2023. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos às Leis nº 2.315, de 25 de outubro de 2001, e nº 6.009, de 19 de dezembro de 2022, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrado a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 197/2023, de autoria do Poder Executivo.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares? Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira? Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Dezesete favoráveis e um contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4... Quanto ao Requerimento nº 03905/2023, de autoria do deputado João Henrique, esta presidência, com fundamento no artigo 33, inciso II, o retira de pauta e o encaminha à comissão especial formada para tratar do assunto da Cassems. Quanto ao Requerimento nº 3906/2023, esta presidência o entende prejudicado, mas o encaminha assim mesmo, até porque já está votado, à CCJR para análise da sua regimentalidade. O Requerimento 8, do deputado Rafael Tavares, também com relação à Cassems, esta presidência o encaminha para a comissão especial do assunto, cuja presidência é do deputado Londres Machado, para emissão de parecer. Portanto, vamos ao Item 4. 5 requerimentos, 45 indicações, 2 moções congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor José Pereira da Rocha. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Solicito ao deputado Renato Câmara que assuma a presidência para que eu possa participar de uma agenda na Governadoria.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Apenas para registrar a visita dos alunos da Escola Municipal Professor Diomedes Valentim Serra, de Naviraí. Presentes também a diretora Janaína Aparecida da Cruz Benatti, as coordenadoras Monique Marques Nunes e Regiane Diniz Espinosa de Almeida; os professores Renato Elias Nascimento, Luciana Pereira Queiroz, Anderson dos Santos Cipriani; e os estagiários Fábio Mendonça da Silva, Gabriele Carvalho Zenerati. São 26 alunos de 9 a 12 anos presentes aqui, da Escola Diomedes, lá da nossa querida Naviraí. Sejam bem-vindos. É um prazer tê-los aqui conosco. Daqui a pouco vamos conversar um pouquinho com vocês. Também, senhor presidente, queria fazer uma correção. A reunião hoje da Frente Parlamentar da Pesca será às 14 horas, porém não no Plenarinho, e sim na sala Onevan de Matos. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Registrado. Agradeço também a presença dos alunos aqui, esta é a Casa do Povo, é a Casa de todos nós. Sejam sempre bem-vindos. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Rafael Tavares. Transferida. Deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão orador — Senhor presidente, colegas deputados. Nós tivemos uma reunião a portas fechadas com o presidente da Cassems, Ricardo Ayache. O presidente da Cassems afirmou estar tranquilo, disse que não tem nada de errado na Cassems: transparência máxima. A Assembleia pode pedir o que quiser, inclusive pode abrir CPI, que não há nada a esconder; disse ele que "me voluntario, me disponibilizo a entregar qualquer informação — qualquer informação — para qualquer deputado que pergunte sobre qualquer tema". Ele não tem medo. Nessa reunião eu fiz três perguntas, deputado Renato Câmara, deputado Pedro Kemp, Vossas Excelências estavam presentes. Uma delas foi a seguinte: "Independentemente de CPI, doutor Ricardo Ayache, posso individualmente requerer ao senhor que entregue essa documentação para fazer as minhas análises? Se lá encontrar o que o senhor está alegando, serei o primeiro a sair em sua defesa". Ao que ele me respondeu: "Inclusive o deputado Rafael Tavares, se me pedir, eu vou fornecer". Mas agora os requerimentos, que foram combinados na reunião com o Ricardo Ayache, direto com ele, não houve intermediário, não — direto! —, vão esses requerimentos parar numa comissão da qual nem eu nem o deputado Rafael Tavares fazemos parte. Que tenham sorte nessa análise, eu não desconfio de Vossas Excelências. Deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência tem essa responsabilidade, esse fardo, integra essa comissão. Mas o que ficou acordado me parece que está sendo descumprido. Onde há falta de transparência, medo, convescote, geralmente há coisa errada. Se preciso, vou à Justiça para ter acesso a isso. Que se cumpra a palavra... Ninguém é obrigado a cumprir a palavra empenhada, mas quando se a dá, é para cumpri-la; e eu vou cobrar. Eu ouvi isso do senhor Ricardo Ayache... Eu vou mandar por ofício, por correio, por AR, por E-mail, por WhatsApp. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu ia pedir um aparte a Vossa Excelência, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência saiu do baixo clero, estava lá em cima, demora para voltar ao baixo clero. Mas eu concedo o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado João Henrique, eu sei que Vossa Excelência está aqui fazendo o papel de um deputado preocupado em acompanhar, fiscalizar tudo aquilo que envolve recursos públicos, esta é mesmo uma atribuição do deputado estadual. Mas eu tenho uma preocupação, deputado. Na reunião aqui na Assembleia Legislativa com o doutor Ricardo Ayache, e depois na Cassems, nós tivemos a seguinte preocupação. Nós estamos preocupados com a politização excessiva desse debate, que pode ocasionar um estrago muito grande no plano dos servidores. Veja bem, algumas pessoas podem achar que há uma nuvem pairando acima da gestão da Cassems, e ficam na dúvida: será que os recursos estão bem aplicados? Será que está havendo desvio? E algumas pessoas podem deixar o plano e ir para outro, principalmente quem recebe os maiores salários. Isso resultaria numa falência do plano, que teria de fechar as portas. E a gente fica imaginando o que que significaria isso na vida de milhares de servidores. Vossa Excelência participou aqui da prestação de contas da Cassems e viu que os servidores com os maiores salários são na verdade os que sustentam o plano, eles contribuem mais; e é uma forma solidária para ajudar a quem recebe os menores salários, para que estes também tenham acesso

ao serviço de saúde. Nós vimos que o servidor pagava o fator participativo de cirurgia, órtese, prótese... Na verdade numa cirurgia de 100 mil reais, o servidor teria de arcar com 20 mil reais. Era feito o boleto, o servidor depois não tinha condições de pagar, e isso gerou uma dívida de 28 milhões de reais. Então, só em torno dessa questão do fator participativo, existe essa dívida. Depois a Cassems gastou 200 milhões na época da pandemia sem receber um centavo sequer do governo do estado nem do governo federal. De modo que eu acho que Vossa Excelência está no seu papel, tem de fiscalizar mesmo. Mas eu tenho essa preocupação; por exemplo, foi levantado aqui que a Cassems fechou o ano com 18 milhões em caixa, depois de alguns meses já não tinha mais esse dinheiro, sumiram 17 milhões. Essa informação que circulou aí nas redes sociais gerou uma dívida na cabeça do servidor: "Ué, mas que que aconteceu com esses 18 milhões?!...". Na verdade isso foi uma informação equivocada que foi passada para a população. Nós tivemos acesso depois aos balancetes, as explicações foram dadas, e o que aconteceu foi que o governo antecipou o recurso de 2023, depositou no dia 30 de dezembro na conta da Cassems e foi por isso que apareceram aqueles 18 milhões lá. É claro que depois esse montante foi utilizado. Da mesma forma, nós podemos depois ter outras contrainformações, informações distorcidas, e isso gerar dúvida na cabeça do contribuinte da Cassems: "Tem coisa errada aí, eu não vou mais fazer parte desse plano." Ou seja, isso inviabilizaria o plano. Outra preocupação minha, até falei hoje a respeito com o governador, é que a Cassems tem dez hospitais, a Cassems tem centros de diagnóstico em todo o estado, realiza um trabalho de excelência, está fazendo até transplante, atendimento oncológico, que é caríssimo. Então a minha preocupação, deputado, é só a gente não causar um estrago ainda maior no plano de saúde do servidor. Mas acredito que nós vamos aqui continuar fazendo esse acompanhamento, tenho certeza que Vossa Excelência vai ser esclarecido em todas as dúvidas, que nós vamos em conjunto trabalhar aqui na Assembleia. Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço pelo aparte de Vossa Excelência, porém quero reiterar que foi o próprio Partido dos Trabalhadores que acendeu, neste Plenário, nesta Casa, pelas falas do deputado Zeca do PT, a luz amarela da necessidade de implementar uma CPI na Cassems, seja em vista da forma como a instituição vem sendo conduzida, seja relativamente às reeleições infinitas do seu mandatário. Então quem trouxe esse tema aqui, e deveria ter essa preocupação, deputado, foi o próprio PT, que entendeu que essa era uma reivindicação dos servidores. Depois que o deputado Zeca mudou de ideia, os servidores vieram conversar conosco tentando demonstrar a necessidade de fazer um pente-fino na Cassems — por transparência! Então se estiver tudo certo, se houver luz sobre as contas da Cassems, sobre as verbas de publicidade, sobre a empresa de auditoria, sobre as contratações e entrega de serviços, próteses, medicamentos, se a gente puder avaliar isso tudo de acordo com o que foi combinado, de acordo com o que foi prometido, convencionado — tudo bem. Não houve prestação de contas a esta Casa na reunião, o que houve foi um PowerPoint das preocupações do presidente, houve da parte demonstrações de boa vontade, mas que não está sendo entregue a esta Casa. Montou-se uma comissão, e eu não quero criticar, mas saiu da boca dele que qualquer um poderia ter acesso à auditoria, aos documentos que estou pedindo. Aí a Casa vem e trava?!... Só para concluir, deputada Gleice... A Casa vem e trava, mas a pedido de quem? da Casa? dele? Então quer dizer que depois daquela reunião na Cassems surge agora a necessidade de

desdizer o que foi dito, o que foi combinado. Acredito que o artigo 76, deputada Gleice, da nossa Constituição estadual, permite a prestação de contas detalhada não só ao parlamentar, a qualquer cidadão, porque ali há recurso público. O que eu disse no Plenário, e reitero para que Vossa Excelência possa me apartear pela primeira vez, deputada Gleice, é o seguinte: se eu não conseguir o apoio desta Casa, vou encontrar apoio nas leis, na Justiça, na Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul. Concedo o aparte a Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — O tempo de Vossa Excelência se encerrou.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Conceda-me, por favor, o tempo de conclusão, porque a deputada Gleice nunca me aparteu.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Vou ceder meu tempo para Vossa Excelência.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, presidente.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Nobre deputado João Henrique, primeiro é importante lembrar como foi construída a Cassems. A Cassems é um plano dos servidores e foi construído a partir da luta dos servidores, e temos de ter um cuidado especial com isso. Deputado Pedro Kemp traz aqui suas demandas, está também nesse processo de acompanhamento da comissão, traz aqui os problemas que geraram essa insatisfação no servidor. Essas insatisfações acontecem por decisões em assembleias anteriores, em decisões anteriores que foram tomadas justamente pela ausência do estado no plano. A partir do advento desta comissão, quer me parecer que o governo está aí com vontade de assumir sua responsabilidade também nesta pauta. Nesse sentido, é importante termos um cuidado, e o deputado Pedro Kemp traz aqui uma pauta importante, porque quando se ventila o assunto CPI, isso transparece para a sociedade que todos os problemas serão resolvidos. Eu também sou servidora, estou em vários grupos de servidores, essa pauta me chega a todo momento também, e sempre chega com essa proposta da CPI. Agora, para se abrir uma CPI, para se falar em CPI, esses requerimentos todos deveriam ter sido apresentados anteriormente a isso, e só depois de termos uma noção consistente do problema é que pensaríamos numa eventual CPI. Entretanto essa narrativa foi construída de forma atrapalhada e isso cria no imaginário da categoria problemas para o plano. De sorte que é importante que aqui na Assembleia tenhamos um cuidado, uma responsabilidade com um bem que é dos servidores. Nesse sentido, o senhor mesmo já disse que vai solicitar suas informações; pelo que entendi aqui, seus requerimentos não foram negados, foram remetidos à comissão que já está trabalhando nisso, poderão oportunamente ser respondidos. E claro, Vossa Excelência pode fazer tais questionamentos. Então, deputado, só o que eu peço é que façamos isso de maneira tranquila e com responsabilidade, sobre o plano de saúde, porque esse é, volto a dizer, um bem dos servidores. Nesse sentido quero aqui me colocar como uma defensora do plano, mas defensora também dos servidores. Se houvesse algum problema, algo que realmente merecesse essa preocupação, que estivesse a pedir um processo de investigação, eu seria a primeira a reivindicá-lo. Seria a primeira porque sou uma servidora pública

beneficiária da Cassems e também porque sempre estive no movimento sindical, acompanhando esse debate: participo desses debates da Cassems há muitos anos. Tenho divergências em algumas decisões internas, mas quanto a elas nós temos um espaço para debatê-las dentro da Cassems. Então há coisas que cabe discutir lá, outras aqui. A comissão creio que está fazendo um bom trabalho no sentido de investigar, de observar essas situações e trazer soluções. Outra coisa, e aqui acho que Vossa Excelência pode também colaborar, é que podemos conversar com alguns prefeitos que não estão assumindo sua responsabilidade: há servidor em municípios pagando muito caro por esse plano. É importante observar isso, nós podemos colaborar com o servidor, garantindo que todos os prefeitos assumam a sua cota de responsabilidade. Porque hoje, para nós que somos do estado, o governo assume uma parte, mas nalguns municípios o servidor assume sozinho toda a responsabilidade, e isso onera muito o bolso do trabalhador. Em suma, temos várias pautas, vários assuntos para discutir aqui para garantir um melhor atendimento ao servidor, e esse debate não pode ser exclusivamente pautado pela abertura ou não de CPI, deve antes, isto sim, ser pautado em cima dos problemas reais que estão onerando o bolso das famílias. Obrigada.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputada Gleice, agradeço o aparte. Eu gostaria de dar aqui um testemunho a Vossa Excelência. Não tinha tido ainda a oportunidade de fazê-lo reservadamente, mas o faço agora de público. O dia que Vossa Excelência assumiu o mandato, eu lembro de ter virado para trás e observado a galeria desta Casa, lotada. Vossa Excelência assumia a vaga de uma forma muito emotiva, algo compreensível considerando aquela situação — gostaria que Vossa Excelência se tivesse sagrado vencedora sem que tivéssemos de perder nosso colega Amarildo. Fosse como fosse, eu vi então a emoção neste Plenário, e vi uma coisa que é difícil de ver: a mobilização de uma grande quantidade de pessoas, entre as quais muitos servidores, sindicalistas, gente que lotou esta Casa para prestigiar Vossa Excelência, gente que se sente representado na pessoa de Vossa Excelência. Foi realmente um momento muito bonito. Eu tenho certeza que a senhora não gastou nenhum centavo com isso; a senhora divulgou nas suas redes, a senhora mobilizou, a senhora convocou, lotou esta Casa com trezentas, quatrocentas pessoas, e elas vieram, vieram porque sabiam que algo importante estava acontecendo, que era a posse de alguém que falava por elas. Mas eu queria dizer à senhora que acho um tanto estranho que na Cassems haja aproximadamente 51 mil servidores aptos a votar e entretanto apenas 900 compareçam para votar um aumento — que eles estão, ironicamente, reivindicando como algo extremamente oneroso à sua renda familiar. Vossa Excelência não gastou um centavo para lotar este Plenário, mas a Cassems gasta cerca de quatro, cinco milhões por ano em publicidade. E tenho certeza que a senhora também vai achar estranho, se tiver a curiosidade que este parlamentar teve, se observar que, relativamente a esses quatro milhões discriminados no Portal da Transparência (porque constituem recurso público, de acordo com o artigo 76 da nossa Constituição estadual), não há uma única nota fiscal atestando como é que foram gastos. Esses 28 milhões, apontados pelo deputado Pedro Kemp, são um rombo segundo a Cassems. Mas ora, nenhum plano de saúde tem o percentual de adimplência que tem a Cassems, ninguém tem esse percentual. Esse rombo, esse valor, é do fator de participação exigido no momento da entrega de algum serviço, de alguma contraprestação. Mas o que eu quero dizer, deputada Gleice, é que esses quatro milhões, esses vinte milhões já poderiam quitar esse rombo; o que eu quero dizer é que não podemos ficar sem a

prestação de contas, sem as notas, sem o acesso às informações, sem a transparência de como isso está sendo gasto, sem que saibamos por que uma entidade sem fins lucrativos gasta tanto com publicidade. A falta de informações e o curioso número de 900 votantes nos levam automaticamente a entender que esses recursos não foram gastos com a mesma energia pela Cassems. O público da Cassems, o servidor, precisava estar ciente de que ia votar algo importante. E eu questionei na reunião o doutor Ricardo Ayache se os segurados tinham consciência de que aumentaria. Eles não tinham consciência! O que sabiam, ouvi isso do doutor Ricardo, é que se faria uma remodelagem no sistema de cobrança. Mas pode ter certeza de uma coisa, se o doutor Ricardo tivesse se empenhado com a mesma energia publicitária com que Vossa Excelência se empenhou para trazer aqui aquelas pessoas na sua posse, para atrair as pessoas para votar, se isto fosse feito da mesma forma na Cassems, nós teríamos uma representatividade significativa que legitimaria a votação. Não houve representatividade, vocês são sindicalistas, vocês são do movimento, vocês mobilizam as pessoas, isto é um fato notório, vocês têm essa capacidade. E não houve isso na Cassems. Nós não podemos deixar novecentas pessoas decidirem o futuro de cinquenta e uma mil, se existe uma falha na prestação, se a comunicação foi insuficiente, se uma empresa, um CNPJ, uma caixa de assistência que gasta quatro milhões por ano não disser quanto, dos 28 milhões gastos nos últimos quatro anos aproximadamente, aumentou de adesão, se não disser por que está gastando isso. Se tivermos acesso a essas notas fiscais, que não estão no Portal da Transparência, talvez comecemos a entender por que em período eleitoral aumentam substancialmente as contratações, nós vamos entender por que o governo do estado agora também está querendo assumir parte da sua parcela, ou pagar essa conta. Agora o que não pode? Não pode é deixar, deputada Gleice, eles tomarem essas decisões sem que todos conheçam os reais motivos do aumento da contribuição, independentemente de quem vá pagar. Por quê? Porque foi dito numa reunião, para vinte e quatro autoridades, que o acesso a tais informações estaria franqueado, livre. E no entanto o que vemos é um movimento contrário. Quem é que está provocando esse movimento? É a pedido de quem? É interesse de quem? Por que se "descombinou"? São essas informações que precisamos, e acredito que a publicidade, a transparência, só fará contribuir com essa discussão. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão orador — Nobre presidente, eu venho aqui para dizer, primeiro, que na próxima semana não estarei presente neste Plenário, pois vou acompanhar a delegação de Mato Grosso do Sul que fará parte da "Marcha das Margaridas". O evento vai reunir em Brasília mulheres de todos os estados para uma grande marcha, para um grande encontro, para a gente debater as políticas para as mulheres. Esse movimento é organizado sobretudo pelas mulheres do campo, mas que traz também demandas de mulheres todos os lugares, do campo e da cidade, de toda essa diversidade de mulheres que temos no Brasil. Semana que vem, portanto, vou acompanhar as sessões *on-line*, porque estarei em Brasília acompanhando a delegação do Mato Grosso do Sul. Mas venho aqui também, nobre

presidente, para falar sobre educação. Estive ontem numa reunião com o secretário de Educação, e nesta reunião levei as demandas, as reivindicações da categoria tiradas previamente numa assembleia organizada pela regional da Fetems de Dourados, junto com o Sinted, da qual participei. E lá fizemos um debate muito sério sobre as condições de trabalho, sobre o impacto dessas condições no resultado e na qualidade da educação. E nessa reunião os trabalhadores presentes trouxeram como demanda a necessidade de a Secretaria de Educação ter um olhar mais cuidadoso, a necessidade de se acabar com a burocracia. Foram muito fortes as reclamações. E eu também tenho dito isso, porque estava na sala de aula até outro dia, que a burocracia da sala de aula, da escola, está atrapalhando o processo de desenvolvimento da educação. Nesse sentido, várias pautas foram levantadas; ontem tivemos uma reunião bastante longa e produtiva com o secretário de Educação, e entre as pautas e os temas que trouxemos está justamente o da burocracia na educação. O planejamento diário *on-line* tem demandado muito tempo do professor, é preenchimento de formulário, é fiscalização, é um mundo de coisa. Reclamam que a coordenadoria regional, em vez de promover debates, de ampliar, de garantir maior criatividade no processo educacional, tem feito um trabalho de fiscalização em alguns lugares. Ontem quando trouxe isso, o secretário disse que não sabia dessa situação, mas que ia averiguar; isso me deixou bastante feliz, pois já existe uma resposta positiva para as demandas da categoria. Há também uma reivindicação das escolas sobre a autonomia. Nos últimos anos nós fomos perdendo a autonomia nas escolas, para fazer as nossas discussões, nossos projetos, o excesso de burocracia nos tem impedido de exercitar a autonomia das escolas. Então, é importante que as escolas tenham no seu calendário tempos destinados à discussão dos seus problemas internos (e da comunidade). Lembro-me, por exemplo, de projetos de que participava, na minha escola, a gente parava tudo, debatía o projeto, discutía, construía com os estudantes; muitas vezes os estudantes levavam um ano inteiro debatendo, discutindo, para poder no final do ano fazer uma viagem, desenvolver um projeto, participar de uma atividade coletiva. Mas nos últimos anos a gente viu isso se reduzindo nas escolas, porque a quantidade de burocracia é tamanha que a direção não consegue mais organizar, coordenar esse processo: a coordenação está sufocada com tanto papel para administrar. Então isso tudo tem atrapalhado o desenvolvimento da educação. Fizemos, portanto, um debate muito sério em torno dessa situação. Trouxemos também para o secretário o tema da municipalização da educação, em vários municípios temos recebido — em Dourados, especificamente, vejo isso claramente — uma reivindicação muito grande quanto ao fim da municipalização. Nos últimos anos houve um processo no qual as escolas municipais passaram a assumir grande parte da responsabilidade da educação, enquanto que o estado passou a se ausentar dessa mesma possibilidade. Assim, temos hoje em Dourados um quantidade enorme de centros de educação infantil; quase todas as séries iniciais estão na rede municipal, e o estado, se ausentando, está com um número muito menor de escolas dentro da cidade. Isso acarretou problemas na lotação de professores; ao fechar uma escola os pais têm de se haver com a recolocação do filho, isso gerou grandes problemas na cidade, de forma que há uma reivindicação, um debate, já há longo tempo a respeito disso. Ontem conseguimos fazer esse debate com o secretário de educação, e percebemos que há a possibilidade de diálogo, de fazermos esse enfrentamento e retomar as séries iniciais para o estado em alguns locais. A gente também tem solicitado algumas informações a respeito disso, porque há professores, sobretudo professoras, pedagogas, lotados na rede estadual e sem sala de aula. Por outro lado, o município

está sobrecarregado, com uma quantidade enorme de alunos e tendo de contratar professoras, quando o estado tem essas professoras lotadas. Fizemos também um debate sobre a lotação de convocados; quero aqui reforçar também a solicitação do deputado Pedro Kemp, essa prova de concurso tem realmente que ser em vários municípios, porque é muito difícil para o candidato vir até Campo Grande, esse processo é cansativo, é perigoso, as nossas estradas não são seguras. Por fim, e a lista não é exaustiva, que o debate foi longo ontem, discutimos a capacitação de professores, com qualidade, das redes estadual e municipal, parcerias que precisam ser feitas com as universidades para a capacitação de professores, de ambas as redes. E falamos sobre o atendimento humanizado, da necessidade de termos um cuidado com as pessoas que estão no tratamento da educação. São professores, servidores reclamando bastante de que estão se esmerando no cuidado das crianças e adolescentes na escola, mas se ressentem com a falta de um cuidado especial, com o professor, com o servidor administrativo, com as coordenações e direções das escolas, reclamam do excesso de trabalho. Isto é realmente um a preocupação. Nós conquistamos uma lei, a lei do piso, que garante um terço para hora-atividade, mas nos últimos anos a sobrecarga de trabalho burocrático nos está gerando uma dúvida sobre qual seja afinal a função dessas horas-atividade, porque não conseguimos mais produzir com criatividade. Nesse sentido, também trouxemos para o secretário a necessidade de que as aulas não sejam mais tão picadinhas, tão fragmentadas, porque quanto menos aula o professor tem de uma única disciplina, tanto mais burocracia haverá. Em suma, fizemos um longo debate ontem, foi uma segunda conversa; a primeira foi em maio, junto com o governador, com o secretário de Gestão, e foi apresentado o problema, por mim e pelo deputado Pedro Kemp. A intenção é fazer uma série de reuniões, para continuarmos levando as demandas da categoria. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não havendo mais oradores inscritos e nem assunto a ser tratado, invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a presente Sessão (11h47min).